

A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE JOVENS EGRESSOS EM ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE CAMETÁ-PA: O APRENDIZADO DE UM PERCURSO

THE FORMATION EXPERIENCE OF YOUNG GRADUATES IN ALTERNATION IN THE RURAL FAMILY HOUSE OF CAMETÁ-PA: THE LEARNING OF A ROUTE

Eraldo Souza do Carmo 1

Resumo: Este artigo reflete acerca da experiência de formação com jovens do campo na Casa Familiar Rural de Cametá, a partir do pressuposto da Pedagogia da Alternância, que direciona o percurso formativo, a fim de compreender as relações que se estabelecem entre teoria e prática. A Pedagogia da Alternância tem como eixo norteador possibilitar formação aos sujeitos que fortaleça suas relações sociais e produtivas, a partir do território onde residem. Metodologicamente, adotou-se o estudo de caso, com entrevista semiestruturada a egressos, pais, líderes comunitários e líderes sindicais. Os dados apontam que essa experiência possibilitou aos jovens novas perspectivas de atuação profissional em suas comunidades e territórios, contribuindo para o fortalecimento da organização produtiva de suas propriedades, superando a visão da monocultura, com isso, passaram a diversificar a produção familiar. Portanto, é uma experiência educacional que contribuiu com uma formação articulada dos jovens com suas práticas de trabalho familiar.

Palavras-chave: Formação. Pedagogia Da Alternância. Jovens Egressos.

Abstract: This article reflects on the formation experience of young people from the countryside in the Rural Family House of Cametá from the assumption of the Pedagogy of Alternation, that directs the formative path, in order to understand the relationships that are established between theory and practice. The Pedagogy of Alternation has as its guideline to enable a training to the subjects that strengthens their social and productive relations from the territory in which they reside. Methodologically, the case study was adopted, based on semi-structured interviews with graduates, parents, their community and union leaders. The data show that this experience has enabled young people to have new perspectives of professional activity in their communities and territories, contributing to the strengthening of the productive organization of their properties, overcoming the vision of monoculture, which resulted in diversifying the family production. Therefore, it is an educational experience that contributed to an articulated training of young people with their family work practices.

Keywords: Training. Pedagogy of Alternation. Young Graduates.

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA/NAEA). Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (UFPA/NAEA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), Vinculado a Faculdade de Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4280135157998138>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4824-8016>. E-mail: eraldo@ufpa.br

Introdução

A educação para os filhos dos trabalhadores do campo no Brasil tem se fortalecido por meio dos movimentos sociais, os quais têm apresentado à sociedade diversas iniciativas de políticas que deveriam ser assumidas pelo Estado, como as Casas Familiares Rurais (CFRs), uma concepção de escola em que o processo formativo alterna tempo na escola e tempo na comunidade. Diante disso, o objetivo deste artigo é refletir acerca da experiência de formação da CFR de Cametá com jovens do campo, tendo como base metodológica de formação a Pedagogia da Alternância, a fim de compreender as relações que se estabelecem entre a teoria e prática.

As CFRs originaram-se na França, na década de 1930, em uma comunidade camponesa por meio da iniciativa de trabalhadores rurais, que visavam uma educação que pudesse conciliar estudo e trabalho, escola e comunidade, conhecimento teórico e prático, na perspectiva de uma educação de qualidade para seus filhos. Essa nova forma de pensar os processos educativos foi posteriormente denominada Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância articula o *tempo escola* com o *tempo comunidade*, permitindo que os jovens alternem períodos de formação no ambiente escolar com períodos de práticas, experiências e pesquisas no ambiente familiar comunitário, integrando, assim, família e escola em um processo contínuo de formação. Como a experiência foi bem-sucedida, espalhou-se por várias regiões da França e até por outros continentes. No Brasil, essa experiência começou a ser implementada a partir da década de 1980, com dezenas de experiências no Estado do Pará (PRAZERES, 2008).

Nos últimos anos os movimentos sociais do campo e universidades no Estado do Pará vem reivindicando uma proposta educacional que contemple a realidade dos sujeitos do campo, que respeite a diversidade amazônica, formada pelos povos da floresta, compreendendo o conjunto de trabalhadores, entre os quais estão quilombolas, indígenas, pescadores, seringueiros, atingidos por barragem, povos das ilhas, ribeirinhos, lavradores, sem-terra, roceiros e outros. Esta intencionalidade pretende romper com o modelo tradicional e linear de educação implementado para o meio rural de forma horizontal e homogênea.

A CFR se apresenta como uma das alternativas viáveis de educação para o campo com a possibilidade de romper com a lógica tradicional da escola, inclusive dentro da legalidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9394/1996, reconhece em seu artigo 1º que “[...] os processos formativos se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), sendo pontuada ainda pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no art. 2º, parágrafo único, em que destaca “[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade” (BRASIL, 2002), e ainda o Parecer CEB/CNE/MEC n.º 01/2006, que reconhece os dias letivos para a aplicação da alternância (BRASIL, 2006).

Então, pode-se considerar que todas essas questões legais são avanços para a Educação do Campo e a legitimação da Pedagogia da Alternância. Caldart (2002) enfatiza que vem sendo reivindicada, pelos diversos movimentos sociais, a implantação de escolas no campo com uma concepção que incorpore sua experiência de vida e a garantia de políticas públicas que considerem suas especificidades. Em seu entender, o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, fundamentada em uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, enfim, *uma educação “no” campo e “do” campo*.

No aspecto metodológico, optou-se pela abordagem qualitativa, tendo em vista a necessidade de contextualizar os saberes e as experiências dos jovens da CFR. O enfoque metodológico da pesquisa foi o estudo de caso, de acordo com André (1995), busca entender um caso particular, levando em conta seu contexto, sua complexidade, assim como sua totalidade, pois busca descobrir novas relações e conceitos sobre um determinado fenômeno, quando se quer retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu conhecer local.

É importante destacar que o estudo de caso apresenta um grande potencial para estudar as questões relacionadas à educação. A pesquisa se desdobrou no estudo das 03 (três) primeiras

turmas formadas pela CFR de Cametá, no período entre 2001 e 2004. Das três turmas, havia 21 (vinte e um) jovens oriundos de 11(onze) comunidades que ficam no entorno da BR 422, no trecho entre os municípios de Cametá e Oeiras do Pará. Sobre as entrevistas, selecionamos 6 jovens, 2 pais e uma liderança sindical.

Para a coleta das informações com os pais e egressos, utilizamos a entrevista semiestruturada, tendo como instrumento a gravação, para não se arriscar a perder qualquer informação importante. Após as entrevistas, partimos para o segundo momento, as transcrições, que revelaram informações bastante ricas, carregadas de sentimentos positivos, angústias, entusiasmo, proposições, certezas e incertezas; enfim, um misto de contradições que nos fizeram perceber a riqueza do conhecimento empírico que estes sujeitos possuem, principalmente os pais, que, apesar de sua pouca escolaridade, possuem uma fascinante capacidade de análise sobre sua realidade. Destaca-se ainda que os sujeitos que participaram da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, em que autorizam o uso das informações prestadas.

Nas análises propostas, compreende-se que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Colônia dos Pescadores Z-16, na década de 1990, iniciaram as discussões para implementar a CFR no município de Cametá. Visando atender às reais necessidades e diversidade das populações do campo, viram na Pedagogia da Alternância uma proposta viável, pois, além de proporcionar a elevação da escolaridade, oportunizava a qualificação técnica dos filhos trabalhadores, ganhando um significado maior pelo fato de manterem uma relação permanente entre escola, família e comunidade.

A CFR, de fato, possibilita esta proposta, uma vez que é uma instituição educativa pensada e construída para os jovens do campo, tendo como princípio fundamental processos pedagógicos baseados na realidade do aluno. Gimonet (1999, p. 44) destaca como características da Pedagogia da Alternância, a: “alternância de tempo de local de formação”, “período em situação sócio – profissional e em situação escolar”, “associação entre teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender em um mesmo processo”. Significa uma maneira de aprender pela vida, “partindo da própria vida cotidiana”, dando prioridade à experiência familiar, social e profissional. “Conduz a partilha do poder educativo”, valorizando o saber de cada um e os contextos de vida.

Neste sentido, a Pedagogia da Alternância constitui o eixo central do processo de formação dos sujeitos que ingressam em uma CFR para aliar conhecimentos teóricos e práticos, a fim de corresponder aos anseios dos trabalhadores de seus filhos serem formados para atuarem na agricultura familiar, respeitando sua realidade social.

A CFR de Cametá, portanto, fundamentou toda sua metodologia na alternância a fim de proporcionar uma educação que compreendesse o meio social, considerando a relação teoria e prática, a partir dos temas geradores elaborados pelos alunos e pais, com ajuda dos monitores. Esse processo, conforme proposta pedagógica da CFR (2000), era sempre aliado às demandas sociais da comunidade dos jovens para trabalharem nas alternâncias, de modo que, ao final, pudesse proporcionar aos jovens uma formação para atuarem na agricultura familiar e contribuir no desenvolvimento de suas comunidades.

O contexto histórico da CFR e a experiência de formação em alternância

Esta Casa Familiar Rural eu considero como a Universidade dos Trabalhadores Rurais (Zé Capina - Pai de egresso da CFR de Cametá).

A epígrafe dá a dimensão do significado da Fundação da Casa Familiar Rural, no município de Cametá, aos trabalhadores rurais e ao movimento social. Os fatores que levaram os trabalhadores rurais e os pescadores artesanais de Cametá a adotarem a CFR como proposta formativa aos jovens do campo não fugiram às características que a originaram na França; embora em contexto e tempo diferente, mas a historicidade dos trabalhadores, o sentimento de luta e a mudança social se relacionam.

A insatisfação dos camponeses de uma região da França com a realidade educacional do meio rural deu início à experiência educativa por meio da CFR. Os agricultores estavam preocupados com seus filhos que se deslocavam para a cidade, a fim de estudarem e que não retornavam para as

propriedades rurais, e outros que não se identificavam com a metodologia educacional da escola urbana, por ela não refletir a realidade social do campo (ALMADA, 2005).

Em 1935, o camponês Jean Peyrat, de uma pequena aldeia do sudoeste da França, deparou-se com uma situação extremamente complexa quando seu filho insistia em parar de estudar para continuar no trabalho da agricultura. Foi então que resolveu procurar o Padre Granereau, que fazia parte da Secretaria Central de Iniciativa Rural (SCIR)²⁵, a fim de encontrar uma solução para o problema que enfrentara, pois, para ele, a educação de seus filhos era tão importante quanto a atuação deles na propriedade rural (NOSELLA, 1977; GIMONET, 1999; ALMADA, 2005).

O Padre Granereau, então, propôs uma ação formativa que propiciasse aos jovens uma aprendizagem prática na exploração familiar e que recebesse, ao mesmo tempo, uma formação geral técnica. Segundo Gimonet (1999, p. 40),

[...] criaram empiricamente uma estrutura de formação que seria de responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, na qual os conhecimentos a adquirir se encontrariam, [...] na vida cotidiana, na produção agrícola, na comunidade da vila.

Iniciaram, a princípio, com três famílias que se interessaram. Os jovens foram inscritos no curso de formação agrícola e reuniam-se na igreja uma semana por mês, de novembro a abril. A partir de então, iniciava a estrutura Pedagógica da Casa Familiar Rural. Nascia, desse modo, por meio de uma comunidade de agricultores, um novo sistema de cooperação familiar em torno de seus problemas e no desenvolvimento da região.

No Brasil, de acordo com Bof (2006), as CFRs tiveram início a partir 1980, com a vinda de um assessor técnico da Union Nationale des Maisons Familiales Rurales (UNMFR) da França, para incentivar a criação dessas experiências em território brasileiro. A partir de então, surgiram as duas primeiras CFRs: a primeira no município de Arapiraca, Alagoas, em 1980, e, posteriormente, no município de Riacho das Almas, Pernambuco, em 1984.

No Pará, a primeira experiência da CFR começou no município de Medicilândia, no ano de 1995, e posteriormente foram ampliando a outros municípios, como: Alenquer, Baião, Brasil Novo, Cameté, Capitão Poço, Conceição do Araguaia, Gurupá, Igarapé-Miri, Irituia, Óbidos, Santarém, Mocajuba, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Uruará e Tucuruí (ARCAFAR, 2000).

A proposta de formação da CFR para jovens agricultores teve ampla identificação no Pará com os movimentos sociais do campo e dos agricultores, pela metodologia educacional que adota no percurso formativo dos jovens, ao propiciar uma relação permanente entre teoria e prática, sem perder o vínculo com a comunidade. Colossi e Estevam (2003, p. 22) enfatizam, a esse respeito, que:

A modalidade de educação proporcionada pela CFR, além de se propor a enfrentar o empobrecimento cada vez maior das famílias que vivem no meio rural, poderá ser um fator de aproximação das relações familiares e comunitárias, tão distanciadas nos dias atuais. Além disso, a Casa Familiar também se propõe a oferecer uma educação agrícola voltada para formação integral do jovem, envolvendo sua família e a comunidade, respeitando o seu espaço de atividade. Objetivase, com esta metodologia de construção coletiva do saber, que os filhos dos agricultores venham conquistar uma formação qualificada e plural.

Esta é a função que a CFR assume, enquanto uma instituição educativa, situada no campo, tendo em vista que foi pensada e construída para formar filhos de agricultores que buscam uma educação que considere as condições sociocultural, além de proporcionar uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola-residência, na qual os filhos dos agricultores podem concluir o ensino fundamental e médio e ter uma formação geral e profissional, sem abandonar suas atividades. Esta estratégia de formação é possível tendo em vista que a Pedagogia da Alternância orienta todo o processo formativo dos jovens na CFR.

A Pedagogia da Alternância baseia-se em quatro pilares fundamentais, todos relacionados entre si, a saber: formação integral por meio do projeto pessoal de vida; desenvolvimento do meio social, econômico, humano e político; alternância, uma metodologia pedagógica adequada, e Associação Local: pais, família, profissionais e instituições (CFR de Cameté, 2000). Este modelo educacional é visto pelos trabalhadores rurais como uma proposta contra-hegemônica às políticas que vêm sendo direcionadas para as escolas do campo, defendendo-se um modelo mais incluyente, democrático, participativo e, acima de tudo, que valorize os saberes das populações locais, de modo que a educação esteja em uma perspectiva do desenvolvimento local e qualidade de vida

dos sujeitos.

Imbérnon (*apud* SÁBATO, 2000, p. 20) enfatiza que a educação deve ser perseguida em sua totalidade, “[...] não permitindo que se transforme em privilégio”, mas como direito a uma escola inclusiva, respeitando as diferentes realidades e priorizando a formação integral do ser humano. Essa lógica oportuniza aos camponeses a aquisição de conhecimentos que possam ser utilizados na vida, permitindo-lhes criar uma conexão com a realidade, considerando as diversidades regionais, culturais e sociais. Como salienta Arroyo (2002, p. 165), “A escola vai deixando de ser vista como uma dádiva da política clientelística e vai sendo exigida como um direito”.

No processo formativo dos jovens na CFR, novas possibilidades de vida são oferecidas, a fim de resgatar valores, há muito esquecidos pela sociedade, devido à falta de informação ou devido à omissão de forma intencional, como é o caso dos direitos de promoção à cidadania, à participação nas decisões das políticas públicas, dos direitos à educação, à saúde, ao transporte, da ampliação de acesso ao conhecimento e à livre organização. Essas são as possibilidades que a formação em alternância proporciona aos jovens do campo, para que eles possam contribuir de forma mais efetiva e orgânica para o desenvolvimento das suas comunidades rurais.

As experiências educativas no campo, por meio da Pedagogia da Alternância, vêm, de certa forma, contribuindo para a democratização da educação, permitindo que o estado brasileiro repense as práticas educacionais, inclusive considerando a heterogeneidade cultural das regiões do país e de suas populações, para que, de fato, a educação seja transformadora.

Os pressupostos metodológicos das CFRS na educação

A Casa Familiar Rural adota como principal método pedagógico a Pedagogia da Alternância, que caracteriza o processo de alternar tempo e local de formação, ou seja, período em situação socioprofissional e em situação escolar, buscando outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro em um mesmo processo (GIMONET, 1999, p. 44). Outros autores como Cescon, Pretti e Moreira (2005, p. 4) destacam que:

A Pedagogia da Alternância, em sua práxis, pretende-se uma educação libertadora. Isso ocorre, entre outro momento, quando o instrumento “diálogo” é **intencionalmente** utilizado para a construção de novos conhecimentos, de uma nova realidade em que os educadores não são os detentores do saber, nele há um processo de investigação continuada compartilhando com o educando.

A metodologia em alternância é o principal instrumento para que seja viabilizado o plano de formação para atender às necessidades de uma educação geral e técnica dos filhos dos agricultores. Por meio da Pedagogia da Alternância, busca-se desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo, em que o jovem percorra o trajeto: propriedade – escola – propriedade. No primeiro momento, na propriedade, o aluno se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade socioprofissional do contexto em que se encontra; no segundo momento, na escola, o aluno vai à escola, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior e, no terceiro momento, no retorno à propriedade com os conteúdos trabalhados, de forma que possa aplicar, experimentar e transformar a realidade socioprofissional, de modo que novos conteúdos surjam, novas questões sejam colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar (ARCAFAR SUL e NORTE NORDESTE, 2002, 2000).

Neste processo, a Pedagogia da Alternância trabalha com a experiência concreta do aluno, com o empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema de educação, com membros da família e da comunidade na qual se vive, podem fornecer-lhe ensinamentos sobre a realidade. Para isso, existe uma série de instrumentos especialmente elaborados para trabalhar em regime de alternância, como: Plano de Estudo com temas geradores, escolhidos a partir de um diagnóstico da realidade local, o Caderno de Pesquisa, o Caderno de Acompanhamento, entre outros.

A Pedagogia da Alternância representa para os povos do campo uma ruptura com modelo tradicional de educação, onde as decisões do processo ensino-aprendizagem são tomadas de forma horizontal, ausentando os principais sujeitos do processo de construção do conhecimento. A este respeito, Freire (1974 *apud* CALVÓ, 1999, p. 127) destaca que “[...] ato de educar não pode ser

simplesmente uma imposição de valores, de uma moral, de uma finalidade. Porque nessa acepção do ato de educar, podemos perder a liberdade e a autonomia do educando”, ou seja, uma educação impositiva impossibilita as pessoas para uma consciência social crítica.

Nesta perspectiva, Calvó (1999, p. 128) ressalta que as “CEFFA’s pretendem despertar a consciência analítica crítica da sociedade, através da tão conhecida metodologia do ver, julgar e agir”. No entanto, não se pretende ficar só na observação ou construir algumas hipóteses, mas incitar os jovens a buscarem soluções para os problemas, sendo atores do seu próprio desenvolvimento, com a verificação e a experimentação. Para essa proposta ser efetivada, faz-se necessário outro olhar sobre como está concebida a estrutura de ensino atualmente nas escolas, ou seja, busca-se construir, a partir da CFR, outras relações sociais que se aproximem o máximo da realidade social dos jovens.

Colossi e Estevam (2003) enfatizam que, em uma escola regular, o professor exerce a função de transmissor do conhecimento, ou seja, de um determinado conteúdo já pré-estabelecido pelo currículo e que envolve somente o aluno, enquanto, na CFR, o monitor assume o papel de educador, animador técnico e deve conhecer a realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo de aprendizagem. Parte-se do princípio de que o conhecimento não pode ser transmitido, mas construído.

Para Calvó (1999), as estratégias metodológicas de formação das CFRs têm em vista construir um novo processo educativo que corresponda à realidade do meio rural e que tenha como princípio o desenvolvimento das comunidades. Para tanto, destaca a participação dos sujeitos locais como fundamental para uma relação permanente entre educação e o meio social.

O aprendizado com a experiência na cfr de cameté

*[...] na Casa Familiar Rural, a pessoa **está** aprendendo aquilo que está fazendo, numa escola tradicional a gente vai pra lá o professor vai para frente, fala, escreve, a gente **está** escrevendo, às vezes não tem nem oportunidade de colocar o conhecimento da gente sobre o assunto que está estudando, na CFR não, a gente vai saber o primeiro do EU (Egresso1) (grifos do autor).*

A epígrafe reflete a compreensão do jovem formado na CFR de Cameté sobre a concepção de educação e dos aspectos metodológicos adotados no processo formativo em que valoriza os saberes que já possuem. Este processo é inerente à Pedagogia da Alternância, a fim de se construir coletivamente os temas geradores para definir o que é prioridade na formação dos jovens. É importante pontuar que as análises das experiências dos jovens da CFR de Cameté são oriundas das comunidades que ficam em torno da BR-422, no trecho entre Cameté e Oeiras do Pará, considerando que as atividades produtivas são semelhantes.

Os movimentos sociais, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais, sempre tiveram a preocupação de promover as atividades agrícolas dessas áreas, tendo em vista elevar a qualidade de vida das populações. Nesse sentido, a CFR se apresentou como possibilidade concreta de formação dos jovens para serem agentes multiplicadores nas propriedades rurais. Isso possibilitaria mudanças sociais profundas nos jovens e nas comunidades.

No imaginário das lideranças dos movimentos sociais e das famílias, havia um sentimento futurista do que a CFR poderia oferecer aos jovens. Isto porque sua proposta de formação visava uma nova perspectiva para a promoção do meio rural, fator que a escola formal tem dificuldade de promover, uma vez que não forma o jovem para atuar no seu meio social, como expressou um dos jovens formados na casa: “[...] o aluno chegava aqui (se referindo à escola local), estudava até a quinta série e ia embora para a cidade, só que lá ele ficava sem saber ainda como trabalhar com a agricultura” (Egresso2)

O depoimento do jovem revela que a sua formação na CFR estaria correspondendo às suas perspectivas pela metodologia formativa, em que se alia tempo escola e tempo comunidade. Um dos pais a relatar os motivos que levaram a matricular seu filho na CFR pontuou que: “é porque lá não é uma escola pública, ela é uma escola diferente, porque é por alternância, e é a gente mesmo

que organiza o homem e a mulher no campo” (Pai1). Esta compreensão evidencia a necessidade que têm do processo educacional como possibilidade de mudança social. A este respeito um líder comunitário destacou

[...] essa questão da CFR foi uma preocupação desde o início do movimento, desde que o sindicato se fortaleceu. Na época que ganhamos o sindicato, reunimos a população rural, homens e mulheres, a juventude e vendo a necessidade educacional do campo em relação aos nossos filhos, tivemos essa preocupação de ter uma casa. Uma casa onde pudesse ter jovens que pudesse ter uma formação no sentido teórico e, na prática do trabalho, aprender a ser trabalhador rural para poder agir na sua área, na sua comunidade, na sua família na questão da agricultura familiar. Então esta questão foi muito marcante, entendíamos que tendo um centro que pudesse agregar valores, pessoas interessadas em coordenar. A gente ter hoje este terreno com esta CFR, que eu considero como a universidade dos trabalhadores rurais, e muitas pessoas filhos de agricultores já foram formados para darem esse acompanhamento técnico e prático nesta área de trabalho (LÍDER COMUNITÁRIO)

A educação viabilizada para os filhos dos trabalhadores por meio da Pedagogia da Alternância é a realização de um ideal com a plena credibilidade dos pais e lideranças comunitárias, por ser uma metodologia que possibilita uma relação entre a teoria e a prática de forma imediata. Isso se dá por meio dos experimentos realizados nas propriedades rurais, ou seja, aplicação dos conhecimentos teóricos.

Isso se reflete na expressão do líder sindical de que a CFR de Cameté é a Universidade dos Trabalhadores Rurais. Essa visão nos permite analisar que a proposta educativa é muito mais que uma experiência ou transposição de um modelo educacional; é para os trabalhadores do campo a conquista de uma política que vem suprir uma lacuna deixada pelo Estado. Begnami (2002, p. 109) enfatiza que “a escolarização é uma reivindicação dos agricultores e se coloca no campo do direito, [...] universal a educação”. Ressalta ainda que as comunidades rurais sem escola básica, “do campo”, e políticas públicas apropriadas colocam na agenda governamental as demandas necessárias para as mudanças estruturais do campo, daí a importância que a CFR representa como instrumento de luta dos movimentos sociais na Amazônia.

O aprendizado na CFR pelos jovens tem significado para suas vidas e se reflete em suas atividades nas propriedades, conforme a narração de um dos jovens:

[...] lá eu aprendi a plantar, a criar, a desenvolver as técnicas e desenvolver aqui na comunidade muitas coisas [...] nestas outras escolas do ensino normal, eles não ensinavam a nossa realidade, [...] a escola CFR está preparando o jovem para ficar na propriedade para não ir daqui do interior e cair na malandragem na cidade (grifos do autor). (Egresso3)

O depoimento do jovem revela o aprendizado e aplicação em sua propriedade. Essa prática é possível, por ser uma metodologia que permite estudo e trabalho numa relação constante entre a CFR, a propriedade, a família, caracterizando um ciclo de idas e voltas, de ação e reflexão. Arruda (2005, p. 37) chama essa prática, de *educação da práxis*, pois “integra de maneira dinâmica e complementar o ato de conhecer o ato de trabalhar”. Esta lógica de formação é dialogada com pais, com isso tem a compreensão do processo que seus filhos fazem, as alternâncias que realizam, como relata um dos pais:

[...] esta CFR foi fundada para os filhos do lavrador estudar, no qual este meu filho saiu pra ir para lá estudar. Só que eu pensava que era um estudo diferente. Foi como aprender a trabalhar com os pais na agricultura a formação, a formação

que ele está aplicando até então é no nosso serviço [...] então até agora ele está me ajudando a trabalhar, tá me ensinando a trabalhar como era para trabalhar (Pai 2).

O depoimento evidencia a importância de uma educação que parte da realidade social dos indivíduos, para poder dimensionar o que representa o meio onde os sujeitos se encontram. Expressa também o quanto a aquisição do conhecimento possibilita novas práticas e atitudes, trazendo resultados imediatos, capazes de provocar mudanças no sistema produtivo das famílias, causando, de certa forma, novidade para muitos pais, em virtude do processo metodológico oferecido pela proposta pedagógica da CFR.

A percepção dos pais sobre os conhecimentos que seus filhos vêm adquirindo e imprimindo nas propriedades, a partir de práticas agrícolas, tornando a produção familiar mais rentável, reforça o entendimento de que a interação entre os conhecimentos do cotidiano, somados com os organizados cientificamente, a partir de uma relação entre teoria e prática representa outra dinâmica de reprodução dos saberes apreendidos nos processos pedagógicos da CFR. A este respeito, um dos egressos destacou:

[...] quando a gente tem o conhecimento, com certeza os resultados aparecem [...] a gente começou a trabalhar em cima do que a gente aprendeu na CFR e aí melhorou a produção dos nossos produtos [...], passamos a produzir mais, é saber controlar assim a pimenteira aí, isso traz mais lucro, lá a gente antes capinava, antes dos três anos agente capinava o pimental e isso não era muito bom, nós fomos aprender lá na CFR [...] a fazer uma roçagem baixa que não prejudica tanto o solo não mata os micro-organismo que existem no solo [...] (egresso4) (grifos do autor).

Esta mudança de percepção dos jovens do processo educacional reflete uma nova concepção de formação de que a CFR possibilita aos jovens em uma perspectiva dialética. Esta realidade, para Frigotto (1991, p. 75), “[...] situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformações dos fatos”. São transformações que não acontecem de forma imediata, mas sim de forma processual.

A partir da fala dos egressos, percebe-se que a CFR, por meio da Pedagogia da Alternância, permitiu que eles pudessem vislumbrar novas técnicas de cultivo, ampliar seus conhecimentos, o que melhorou a produção familiar. É claro que isso foi possível, pelo vínculo permanente durante todo o processo formativo com a propriedade, proporcionou-lhes novas perspectiva de vida. Sobre este aspecto, alguns jovens pontuam o que representou a formação na CFR na vida deles:

Para mim ela representou um conhecimento melhor né em relação a agricultura, porque nem só como plantar mas sim como é ter um desenvolvimento na criação [...] também para toda comunidade [...] (EGRESSO 5) acho que pra mim a CFR [...] foi como que um sonho né, uma conquista que a gente teve através do sindicato que veio buscar o jovem aqui da comunidade rural, para ir lá buscar mais conhecimento para aplicar aqui na propriedade. O que representou pra mim foi o que eu aprendia lá na CFR conseguia coloca aqui na propriedade [...] (EGRESSO 6) [...] foi bom estudar lá porque apesar de eu não saber muitas coisas eu fui aprender lá estes negócios, eu tinha muita coisa dentro de mim e fui colocando através dela, da escola CFR, aprendi mais na agricultura [...] como melhorar a produção [...] mandioca, farinha em termo disso hoje eu acho que tem um melhoramento mais visível [...] (EGRESSO 4) olha representou muitas coisas que antes eu não sabia, tipo assim, a CFR quando foi implantada em Cametá foi para atender essa necessidade que os filhos dos produtores tinham que era de,

de assim, a gente tinha dificuldade de deslocamento daqui pra cidade ir estudar aí a CFR proporcionou para a gente essas condições a gente passava uma semana lá estudava um tema gerador específico de uma cultura e assim representou muito para mim, os conhecimentos que eu tenho agora antes de eu ir pra lá eu jamais pensaria que ia ter oportunidade de ter (EGRESSO 4) (grifos do autor).

Como se percebe, a formação em alternância possibilita uma relação com o meio social dos jovens, desperta capacidade, atende às necessidades dos filhos dos trabalhadores, a partir da compreensão da sua realidade. Para Gimonet (2002, p. 122), “[...] a alternância pode agir neste sentido porque oferece e diversifica os lugares e espaços para realizar tentativas, para empreender, experimentar, se manifestar, [...] torna possíveis experiências, tanto familiar quanto de ordem profissional ou social”.

Nesta perspectiva, a experiência de formação dos jovens na CFR de Cameté contribuiu para aquisição de novos conhecimentos, novas dinâmicas no trabalho da agricultura familiar e nas localidades em que residem. Para Gimonet (1999, p. 45), uma das características da alternância é “[...] dá prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo, como fonte de conhecimentos, pontos de partidas e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo”.

A CFR de Cameté tornou-se esse instrumento de fortalecimento das iniciativas de educação popular para uma formação cidadã, conforme enfatizou o pai de um jovem: “[...] esta formação foi muito boa no sentido de reativar a agricultura, no sentido de sair da monocultura da pimenta-do-reino, hoje já tem uma criação de porco, uma galinha, as pessoas já têm gado no seu terreiro” (PAI2). No entanto, diante da complexidade social e econômica que as comunidades se encontram, apenas a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos egressos é insuficiente para promover o desenvolvimento desejado. É necessário outras políticas estruturantes aos jovens do campo, como: crédito agrícola, assistência técnica, políticas educacionais para possibilitar a continuidade de estudos em seus territórios.

As impressões da experiência

A experiência de formação vivida pelos jovens na CFR de Cameté possibilitou várias reflexões sobre os aspectos metodológicos da Pedagogia da Alternância, principalmente, como é concebida a construção dos saberes. Além disso, o estabelecimento das relações teóricas e práticas é um dos eixos fundamentais no processo formativo. É notório que a Pedagogia da Alternância viabiliza um processo de escolarização que é inerente às condições sociais dos jovens.

Ela concebe a formação dos sujeitos a partir de sua realidade, numa relação permanente entre família e escola, utiliza a propriedade para realizar as experiências teóricas, e consegue proporcionar aos jovens o vínculo com a terra e despertar seu interesse pelo trabalho da agricultura e outras funções inerentes ao campo. Com isso, a Pedagogia da Alternância representou ao movimento social do campo uma importante aliada na implementação de projeto educacional de interesse aos trabalhadores.

Na perspectiva dos jovens egressos da CFR de Cameté, de seus pais e das lideranças, essa proposta pedagógica se diferencia da escola formal, uma vez que valoriza os conhecimentos que possuem, viabiliza o diálogo entre os jovens e a família. Eles enfatizaram ainda que é uma escola que contribui com o processo educacional dos filhos dos trabalhadores rurais, ao considerarem que alia na proposta de formação aspectos das identidades sociais dos jovens, além de suas realidades culturais e econômicas.

Constatou-se ainda que a CFR de Cameté tem um significado simbólico para agricultores e jovens, por ser o resultado de uma intensa luta. Nesse sentido, podemos compreender a importância que representa para as comunidades rurais. Os conhecimentos adquiridos pelos jovens são de muita utilidade para as suas famílias, tendo em vista o aumento da produção agrícola que as propriedades passaram a ter. Outras culturas agrícolas passaram a ser incorporadas nas propriedades; ou seja, há

uma nova dinâmica produtiva e de relações sociais nas propriedades e comunidades.

O que se evidencia é que essa experiência educativa é positivada pelos jovens e pais, tendo em vista como a CFR organiza o processo formativo dos jovens, alternando o tempo escola com o tempo comunidade, em uma relação dialética permanente para exercício da práxis formativa. Outro aspecto positivo da experiência é o compromisso que assumiram com as famílias, considerando que a maioria que finaliza a formação na CFR, retornaram para as propriedades de suas famílias para contribuir nos processos produtivos familiares. No entanto, é necessário superar a atuação dos egressos apenas na família e socializar o aprendizado com toda a comunidade.

Referências

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2005, 115 f. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

ANDRÉ. Marly Eliza D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARROYO, Miguel G. Pedagogia em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? *In*: SCALABRIN, Rosemeri; COSTA SILVA, Ricardo Gilson; LIMA, Antônio Almerico Biondi. (org.). **Trabalho e Desenvolvimentos na Amazônia**: As experiências formativas da CUT. Porto Velho: ABG, 2002.

ARRUDA, Marcos. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: Inep, 2005.

ARCAFAR SUL. **Regimento escolar para as casas familiares rurais de Santa Catarina**. [S.l.], 2002. mimeo.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO NORTE E NORDESTE (ARCAFAR). **Programa de Consolidação e Expansão das Casas Familiares Rurais da Transamazônica e Baixo Xingu**. Altamira, 2000.

BEGNAMI, João Batista. Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil. *In*: **Pedagogia da Alternância**: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: UNEFAB, 2002.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução nº 01/2002. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. MEC. **Dias letivos para a aplicação da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância**. Parecer nº 01/2006. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

BOF, Alvana Maria *et al.* (org). **A educação no Brasil rural**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CASA FAMILIAR RURAL DE CAMETÁ. **Estatuto da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Cametá**. PA: Cametá, 2000.

CASA FAMILIAR RURAL DE CAMETÁ. **Manual da Casa Familiar Rural de Cametá**. PA: Cametá, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do campo: Traços de uma identidade. *In*: KOLLING, Edgar Jorge, *et al.* (org.). **Por uma Educação do Campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação Básica no Campo; 4).

CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. *In*: **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., Salvador, 1999.

CESCON, Maria Inêz; PRETTI, Eliene Cássia Santos ; MOREIRA, Flavio. Tema gerador e pedagogia da alternância: uma abordagem sócio-histórica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente, SP, 11 a 15 de nov. de 2005.

COLOSSI, Nelson; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Casas Familiares Rurais: Uma alternativa para a formação de jovens agricultores. **Revista de Administração**, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 2. ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 1991.

GIMONET, Jean Claude. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e de Reorientação**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., Salvador, 1999.

GIMONET, Jean Claude. Adolescência e alternância. *In*: **Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 2., Salvador, 2002.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Tradução: Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e Criatividade. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NOSELLA, Paolo. **Uma nova educação para o meio rural**. 1977, 204 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1977.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. **Educação do campo e participação social**: reflexões sobre a

experiência da Casa Familiar Rural de Cametá/PA. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Recebido em 18 de abril de 2020.

Aceito em 14 de março de 2023.